
Serviços de Leitura para Deficientes Visuais em Portugal

MARIA LUÍSA CABRAL

O presente documento foi preparado tendo em vista a participação no Seminário EXLIB (Madrid, 25-26 Nov. 1994)¹ e também a prestação de uma informação pormenorizada ao próprio IBL com o objectivo de ajudar a definir futuras intervenções no âmbito da Leitura Pública. O documento está, assim, dividido em três partes:

1. Situação actual dos serviços de leitura para deficientes visuais (*e. g.* provisão documental, produção anual e número de deficientes visuais).
2. Acções a nível nacional dirigidas aos deficientes visuais.
3. Apresentação e análise de inquérito lançado às bibliotecas públicas no Verão de 1994.

Antes de prosseguir, é importante acrescentar aqui alguma informação sobre a situação das bibliotecas em Portugal, concretamente sobre a Rede de Leitura Pública.

As bibliotecas que compõem a Rede de Leitura Pública têm sofrido um intensivo programa de modernização, programa conduzido simultaneamente pela administração central, através primeiro do Instituto Português do Livro e da Leitura, depois Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, e pelas autarquias. As bibliotecas municipais que entretanto se lançaram num processo de automatização (41 na altura em que este relatório foi preparado) foram reunidas no designado Projecto RILP, Rede Informatizada

de Leitura Pública. O sistema informático escolhido para as servir e em fase de instalação foi o Geac ADVANCE, sistema integrado de gestão de bibliotecas. O objectivo é a construção de sistemas e redes locais para o serviço das bibliotecas públicas (centrais ou não). Estes vários sistemas poderão, se assim o desejarem, extrair registos bibliográficos da PORBASE (Base Nacional de Dados Bibliográficos hospedada num Geac Glis 9000 e gerida pela Biblioteca Nacional) ou simplesmente procederem à consulta da PORBASE sempre que os seus leitores o quiserem.

Antes do aparecimento da RILP já a administração central apoiava as bibliotecas públicas em todo o País através do extinto Instituto Português do Livro e da Leitura e, durante o período entre 1987 e 1994, 34 mil contos foram orçamentados e aplicados nas bibliotecas públicas e nos seus serviços para os deficientes visuais (Projecto PALESE)². Algumas dessas bibliotecas encontram-se agora inseridas na RILP embora no âmbito desta as referidas bibliotecas não disponham dum orçamento específico para iniciar ou melhorar serviços de leitura para os deficientes visuais.

O levantamento de que neste documento se dá conta cobre precisamente as 41 bibliotecas referidas como encontrando-se em fase de automatização e, portanto, o documento deve ser lido à luz desses parâmetros.

1. Situação actual de serviços de leitura para deficientes visuais

Não existem dados oficiais e exactos sobre o número de deficientes visuais existentes em Portugal mas pode fazer-se um cálculo que aponta para os 20 mil. Este número não inclui, contudo, aqueles indivíduos que adquiriram qualquer tipo de deficiência visual ao longo da sua vida. A distribuição da população deficiente visual no País também é desconhecida, e ignora-se a percentagem de letrados e de iletrados, bem como a sua distribuição por idade ou sexo.

As instituições que servem os deficientes visuais oferecem apenas um dos serviços que se menciona de seguida, ou uma combinação dentre eles: serviços de leitura, produção de documentos braille, produção de cassetes audio (i. é livros sonoros), produção de textos ampliados, e documentos em relevo.

O número de volumes existentes, quer em braille quer em livros sonoros, é muito pequeno, e é claro que uma política sensata exigiria uma mudança radical a nível nacional. Em todo o País, o volume de existências é o seguinte: livros braille – 3200 títulos; livros sonoros – 4091; textos ampliados – 450 títulos; documentos em relevo – 1165 títulos; música braille – 4000 títulos. Todos juntos, menos de 13 mil. Estes números não incluem

materiais escolares produzidos pelo Ministério da Educação e pelas Universidades.

Apenas a Biblioteca Nacional (agora Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro) dispõe simultaneamente de serviços de leitura, produção de livros braille e falados. As outras instituições oferecem apenas alguns dos serviços enunciados, e os níveis de produção são baixos. Existem várias organizações e serviços espalhados por todo o País desenvolvendo trabalho em prol dos deficientes visuais mas uma avaliação dos mesmos evidencia a falta de uma política nacional, a ausência de uma coordenação e de um esforço conjuntos.

Os números relativos à produção em 1993 são os seguintes: livros braille – 127 novos títulos e 7 revistas; livros sonoros – 363 e 4 revistas; ampliados – 15 livros; documentos em relevo – 20. Não se pode dizer que quinhentos títulos num ano seja muito animador. Deve notar-se, no entanto, que estes números não incluem materiais escolares produzidos quer pelo Ministério da Educação quer pelas Universidades.

São vários os serviços em Portugal que desenvolvem alguma actividade em prol dos deficientes visuais. O Secretariado Nacional de Reabilitação, que no âmbito das suas funções também se deve ocupar dos deficientes visuais, é apenas um órgão administrativo de coordenação, não fornecendo nenhum serviço específico. Entre as três associações existentes, a situação é a seguinte: a ACAPO³ é uma associação dos deficientes visuais que fornece serviços de leitura para os seus membros, incluindo braille e material audio embora estes não sejam produzidos pela Associação; a APEDV⁴ é outra associação, esta para deficientes visuais, fornecendo serviços de leitura de livros braille para os seus sócios; a APEC⁵ é outra associação para os deficientes visuais, fornecendo serviços de leitura de livros braille. Paralelamente, algumas bibliotecas públicas conseguiram implantar serviços especiais: Abrantes produz uma versão sonora da revista *Grande Reportagem* e, a pedido, produzem cópias das suas cassetes audio e também fornecem livros braille; Beja apenas dispõe de serviços de leitura; Campo Maior fornece um serviço de empréstimo interbibliotecas a pedido uma vez que dispõem de cópias dos catálogos de outras bibliotecas; Coimbra dispõe de serviço de leitura; Lisboa produz uma revista em braille (*Revista de Dinamização Cultural*), e também tem serviço de leitura de livros braille e sonoros; o Porto produz cassetes audio e os serviços de leitura disponibilizam apenas livros sonoros. O Centro Regional de Segurança Social produz material braille e audio, textos ampliados e documentos em relevo. As Faculdades de Letras, tanto em Lisboa como em Coimbra, produzem livros braille e sonoros mas sobretudo textos académicos. Ambas as faculdades têm serviços de leitura. A Faculdade de Letras do Porto ainda se encontra

em fase de organização. O Ministério da Educação produz materiais didácticos em braille e audio e também imprime textos ampliados. O Instituto de S. Manuel (Porto) dispõe de tipografia própria para braille mas esta não está informatizada. O Instituto vende o que produz, e simultaneamente deposita um exemplar do que imprime, de forma gratuita, em todas aquelas bibliotecas que dispõem de serviço de leitura para deficientes visuais. As organizações que produzem braille não recebem ficheiros informatizados dos editores uma vez que tem sido difícil ultrapassar certas questões de ordem técnica. Contudo, o Ministério da Educação (Departamento de Educação Básica) e o Centro Regional de Segurança Social começaram agora a receber ficheiros informatizados para a produção de materiais didácticos numa tentativa de ultrapassar as dificuldades técnicas sentidas já mencionadas.

Sabendo que o recurso ao computador, por parte dos deficientes visuais, teve um crescimento notável durante os últimos dois anos em todo o País porque o número daqueles que procuram cursos de formação subiu e o número de pedidos de disquetes dirigido à Biblioteca Nacional também aumentou, é importante seguir as experiências do Ministério da Educação e do Centro Regional de Segurança Social pois elas poderão abrir o caminho a outras de carácter mais individual.

2 Acções a nível nacional

A Comissão de Leitura para Deficientes Visuais, criada em Fevereiro deste ano, está neste momento (Nov. 94) a discutir a estrutura de um inquérito a lançar a nível nacional (Jan. 95) e cujo objectivo é o levantamento nacional sobre a produção de documentos para leitura especial.

Este levantamento prevê a identificação do tipo de documentos que são produzidos, e ainda o equipamento disponível, e os géneros de textos a preparar (i. é livros escolares, romances, jornais, etc.). O levantamento pretende também identificar os recursos humanos afectos a esta produção.

Para além desta intervenção com características organizativas e estratégicas, a Comissão ambiciona também concretizar algumas tarefas de pendor mais imediato e de carácter pragmático.

O inquérito é, sem dúvida, a acção mais significativa embora não cubra aspectos tão importantes como o de saber o número de potenciais utilizadores a que esses materiais se destinam. Obviamente que os respectivos organismos o sabem mas interessava, do ponto de vista da definição de uma política nacional, ter uma ideia de conjunto dos «ratios» em causa e ter uma noção precisa sobre o número de deficientes visuais por concelho, sejam eles ou não leitores registados.

3. A leitura para deficientes visuais: inquérito

Objectivos

No âmbito do Projecto EXLIB e apoiados pelos trabalhos desenvolvidos ao abrigo deste Projecto, pensámos que seria útil auscultar as bibliotecas públicas em Portugal agora em plena fase de reestruturação. Ao elegermos as bibliotecas públicas não deixámos de pensar noutras bibliotecas, nomeadamente nas universitárias e nas escolares, mas àquelas falta-lhes dinâmica enquanto estas são praticamente inexistentes. As bibliotecas públicas constituem, efectivamente, o conjunto que maior expectativa criou e sendo as mudanças qualitativas dos serviços prestados indiscutíveis, quisémos saber se no planeamento subjacente às transformações em curso havia sido considerada a situação específica dos leitores deficientes visuais.

Preparámos, assim, um inquérito muito simples e pouco extenso, de preenchimento rápido que, à partida, pudesse garantir a colaboração das diversas bibliotecas.

O universo a que se enviou o inquérito é constituído pela totalidade das bibliotecas públicas em fase de informatização de acordo com o Projecto RILP (Rede Informatizada de Leitura Pública), ou seja, o inquérito foi enviado a 41 bibliotecas das quais responderam 22 (56%). O facto de se terem recebido 56% de respostas é bastante encorajador embora se deva reconhecer que nem sempre as respostas tragam grande contribuição. Acresce a esta observação, sublinhar o facto do inquérito ter sido enviado exclusivamente àquelas bibliotecas que se encontram num estágio técnico mais evoluído (precisamente as da RILP) fazendo prever, portanto, que o conteúdo das respostas, no seu conjunto, não variaria mesmo se o universo eleito fosse, no seu conjunto, constituído por maior número de bibliotecas.

Análise do inquérito

Informação sobre a população deficiente visual

O número de bibliotecas que não responde (10) deve ser interpretado como tendo respondido negativamente o que, no conjunto, significa que na maioria dos casos (12) as bibliotecas públicas não têm informação sobre a população deficiente visual da sua área urbana ou rural. Este dado é importante em si mesmo e também porque irá ajudar a melhor compreender as respostas seguintes. Se as bibliotecas públicas não conhecem a população deficiente visual é porque não se debruçaram sobre o problema e, portanto,

não poderiam contemplar nos seus projectos a existência de serviços para essa fatia da população e os cuidados específicos que ela requer.

Espaço de leitura próprio

A esmagadora maioria das bibliotecas (20) não dispõe de espaço próprio para leitores deficientes visuais. Isto é, embora 10 bibliotecas reclamem conhecer a população deficiente visual, mesmo assim elas não estão apetrechadas para os servir o que parece voltar a indicar que os projectos de modernização envolvendo as bibliotecas públicas não consideraram a prestação de serviços à população deficiente visual estivesse ela identificada ou não.

Provisão de recursos documentais

A resposta a esta questão, num total de três alíneas, terá de ser analisada sob dois ângulos: por um lado, saber se há ou não correspondência entre as colecções das bibliotecas e a população que as bibliotecas deveriam servir, isto é, na conjuntura em que este inquérito é lançado se as colecções das bibliotecas dispõem de suportes documentais que possam ser usados pelos deficientes visuais, e, por outro lado, perceber qual o tipo de suporte de informação mais comum se, de facto, os suportes para deficientes visuais tivessem sido contemplados.

Do ponto de vista da correspondência entre as respostas, é curioso notar que embora 10 bibliotecas saibam da existência de deficientes visuais (questão n.º 1), apenas 7 dispõem de livros em braille, enquanto 17 dispõem de livros sonoros e apenas 3 dispõem de outro suporte (e. g. textos ampliados, registos em disquete, etc.). O registo sonoro suplanta claramente o braille, parecendo confirmar o reduzido uso do braille, eventualmente o descuido e subalternização do seu ensino.

Equipamento para empréstimo domiciliário

Algumas bibliotecas (3) estão alerta relativamente a este problema, enquanto a maioria (19) não se encontra, de facto, preparada para servir esse público específico.

Cabines de audição

Quanto à existência de cabines, a situação é idêntica: a maior parte das bibliotecas (14) não dispõe de cabines de audição e o número daquelas que responderam afirmativamente (8), uma vez que esse número não coincide com o número de bibliotecas preparadas para prestar serviços aos deficientes visuais, talvez queira simplesmente significar que essas cabines de audição são prioritariamente para outros fins que não o serviço dos deficientes visuais.

Empréstimo interbibliotecas

A esta pergunta são muitas as bibliotecas que não respondem (11) o que deverá ser entendido como resposta negativa. Assim, apenas 8 bibliotecas consideram o empréstimo interbibliotecas para servir os deficientes visuais. Estes números, provavelmente, confirmam a falta de atenção e informação sobre o serviço a prestar a este segmento muito específico da comunidade de leitores pois, para além do problema não ter sido equacionado em termos locais, nem sequer foi encarada a cooperação e a partilha de recursos como solução alternativa ainda que provisória.

Equipamento informático

A maior parte das bibliotecas (18) não dispõe de equipamento informático e ao responder dá indicação de que compreendeu a pergunta admitindo, portanto, a existência (e, provavelmente, a vantagem de utilização) do referido equipamento. A falta de resposta das outras bibliotecas (4) dá-nos a medida do alheamento destas relativamente à existência de soluções informáticas que permitem a leitura por parte de deficientes visuais uma vez que não seria plausível que, sabendo da existência de soluções tecnológicas, mantivesse uma resposta negativa.

Utilização do catálogo informatizado

Não são muito claras as razões que levam 18 bibliotecas a responder negativamente mas talvez se possa atribuir o facto à falta de informação sobre o assunto e sobre as potencialidades tecnológicas disponíveis.

De forma um pouco surpreendente, 1 biblioteca acha que o catálogo informatizado poderá vir a ser utilizado pelos deficientes visuais denotando conhecimentos e uma percepção que, pelos vistos, poderia ser comum às outras.

Serviços a lançar

A atitude perante esta pergunta foi unânime não tendo respondido nenhuma biblioteca. Desta ausência de respostas talvez apenas se deva inferir, de novo, uma enorme falta de informação sobre os serviços desejáveis e possíveis.

Planos futuros

Algumas bibliotecas (3) não têm planos e das que têm (3) apenas 1 específica que pretende equipamento para transcrever da impressão a negro para o braille. As outras bibliotecas (16) não se pronunciam sobre o assunto, aliás na mesma lógica da resposta à pergunta anterior.

Sugestões

Entre as sugestões, vale a pena mencionar:

- a preocupação de algumas bibliotecas em obter livros sonoros em detrimento de livros braille;
- o pedido para obtenção de mais informação sobre o que se pode fazer relativamente ao serviço de leitura para deficientes visuais.

Conclusões

Das respostas de algumas bibliotecas verifica-se facilmente que não existe uma colaboração, a nível regional e local, entre as diferentes estruturas que deveriam dar apoio aos deficientes visuais, nomeadamente entre as organizações de segurança social, os departamentos com responsabilidade educativa e as bibliotecas. Só assim se pode entender afirmações como «não há leitores com deficiência visual», ou «não vale a pena porque só há um

deficiente visual», ou «não há deficientes visuais no concelho». Sendo difícil acreditar que estas afirmações correspondem à realidade, só poderemos concluir que não há dados sobre a matéria ou se estes existem, não estão disponíveis. Outras bibliotecas «ainda não pensaram seriamente na questão» denotando uma forma de gestão hierarquizada para resolver as questões e, portanto, subalternizando na prática um problema tão significativo como este em termos socioculturais. Várias bibliotecas pedem mais informação e outras pedem mesmo formação para o atendimento deste público especial. Há mesmo bibliotecas que sugerem a divulgação do resultado do inquérito junto dos autarcas como forma de alertá-los para as carências da situação. Curiosamente, uma biblioteca conhece a solução informática da Geac e uma vez que aguarda a instalação do ADVANCE parece interessada em prosseguir mais tarde com o módulo específico de interface com os deficientes visuais designado OPTIVOICE.

A leitura dos dados, de forma geral, revela grandes insuficiências e um alheamento preocupante. Fica muito claro que as bibliotecas públicas, uma a uma ou em conjunto consubstanciadas no próprio projecto RILP, não previram o recurso aos seus serviços por parte de leitores deficientes visuais, muitas delas partindo do duvidoso pressuposto de que esses serviços não teriam procura.

A análise dos mesmos dados revela, por outro lado, uma considerável vontade de avançar neste domínio manifestada pelos pedidos insistentes de formação e informação. Sendo verdade que não cabe no âmbito do Projecto RILP solucionar as carências que se sabem existir, nomeadamente na fraca provisão de documentos existentes no País (ver ponto 1 deste documento), já pode competir ao mesmo Projecto o equipamento das bibliotecas públicas, em termos informáticos, satisfazendo, na medida do possível, os leitores deficientes visuais. Se for facultado a estes o acesso, ainda que remoto, à informação sobre a existência das obras, o empréstimo será naturalmente a fase seguinte a ser implementada. O acesso remoto só pode ser feito por via das telecomunicações e só tem sentido desde que os catálogos existentes, aonde quer que eles se encontrem, forem informatizados beneficiando da operacionalidade inquestionável da Base Nacional de Dados Bibliográficos, PORBASE.

Este inquérito foi realizado sem pretensões mas a informação reunida sobre as iniciativas em curso a nível nacional, assim como o interesse das bibliotecas públicas, permitem-nos pensar na possibilidade de uma convergência de pontos de vista os quais deviam, de facto, ser reunidos de forma a prosseguir com uma implantação estratégica de serviços de leitura para deficientes visuais.

No panorama institucional actual, urge a implantação de serviços de leitura para deficientes visuais em bibliotecas que ainda não dispõem deles e duas tarefas poderiam ser concretizadas imediatamente num acordo mútuo entre as próprias bibliotecas públicas e o IBL/PORBASE/Livro:

- a conversão dos catálogos tradicionais para a PORBASE (aumentando o número daqueles que podem aceder ao catálogo, e disponibilizando a informação existente a todo o País);
- a escolha de algumas bibliotecas envolvidas na RILP para a instalação urgente de equipamento informático para serviço dos deficientes visuais (permitindo que os deficientes visuais acessem à informação armazenada na PORBASE enquanto se procederia à avaliação de um modelo a ser instalado, em fase posterior de desenvolvimento, noutras bibliotecas).

As dificuldades técnicas (ao nível do formato UNIMARC e de novas parametrizações) ou as dificuldades financeiras (criação e orçamentação de novas rubricas) não serão certamente invocadas como inultrapassáveis porque, por um lado, o computador executa aquilo para que foi preparado para executar e, por outro, a vontade política não poderá deixar de considerar a responsabilidade social em questão. As barreiras que ainda restam, não sendo as referidas nem sendo as constituídas pelas questões de cariz técnico, colocam-se a nível organizacional e estratégico. Possivelmente só serão removidas face a um amplo envolvimento das bibliotecas e dos seus directos utilizadores: os leitores deficientes visuais.

Nota — Na preparação deste documento foram determinantes as respostas recebidas das bibliotecas públicas. Por ser longa a sua enumeração, limito-me a agradecer-lhes na generalidade. Agradeço também algumas informações prestadas por F. Oliva.

Notas

¹ EXLIB — Projecto no âmbito do Plano para as Bibliotecas Europeias, DGXIII, o qual tinha como objectivo principal a identificação em toda a Europa dos serviços de leitura existentes para deficientes visuais. O Projecto iniciou-se em Janeiro de 1993 e terminou em Junho de 1994. O seminário em Madrid destinou-se à apresentação pública dos resultados obtidos. Envolveu os seguintes países como parceiros: Dinamarca, Holanda, Reino Unido, e como observadores a Espanha, Irlanda, Itália, Portugal e Suíça.

² PALESE – Projecto de Apoio à Leitura de Suportes Especiais.

³ ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal.

⁴ APEDV – Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais.

⁵ APEC – Associação Promotora do Ensino de Cegos.

A LEITURA PARA OS DEFICIENTES VISUAIS

INQUÉRITO

1. Na área geográfica a cobrir pelos serviços da sua Biblioteca, urbana e/ou rural, certamente vivem deficientes visuais. Conhece essa população? Tente caracterizá-la, ainda que sumariamente.
2. Tem espaço de leitura especialmente concebido para leitores deficientes visuais? Sim/Não.
3. Dispõe de livros e/ou revistas escritos em braille? Sim/Não.
E livros e/ou revistas sonoras? Sim/Não.
Outros (ampliações, registos em disquete, etc.)? Sim/Não.
4. Tem equipamento de audição (leitores de cassetes e/ou bobines) para empréstimo domiciliário? Sim/Não.
5. Dispõe de cabines de audição? Sim/Não.
6. Considerou o empréstimo interbibliotecas para servir os deficientes visuais? Sim/Não.
7. Dispõe de equipamento informático para servir os leitores deficientes visuais? Especifique.
8. O catálogo informatizado da sua biblioteca poderá também ser utilizado pelos leitores deficientes visuais? Sim/Não.
9. Se a resposta anterior foi positiva, discrimine os serviços que pensou lançar para os deficientes visuais.

10. Se não vai dispor imediatamente de facilidades a nível informático para os leitores deficientes visuais, tem alguns planos para o futuro? Especifique.
11. Acrescente algum aspecto que pense ser interessante destacar ou faça alguma sugestão que julgue pertinente.

Obrigada pela colaboração.

BIBLIOTECAS DA RILP

Listagem fornecida pelo IBL/Livro e a quem foi enviado o Inquérito
(por ordem alfabética)

Abrantes	Mértola
Alcácer do Sal	Mira
Alenquer	Mirandela
Alijó	Moita
Almeirim (Biblioteca Municipal Mar- quesa do Cadaval)	Montemor-o-Novo
Ansião	Montijo
Arouca	Nisa
Arruda dos Vinhos	Oeiras
Aveiro	Paços de Ferreira
Barreiro	Palmela
Beja	Pedrógão Grande
Campo Maior	Ponte de Lima
Cantanhede	Portimão (Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes)
Constância	Póvoa do Varzim (Biblioteca Municipal Rocha Peixoto)
Esposende	Seia
Famalicão (Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco)	Seixal
Grândola	Setúbal
Guimarães	Tomar
Leiria (Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira)	Vila Flor
Lousã	Vila Franca de Xira
	Vimioso

RESUMO Partindo do pressuposto que os serviços de leitura para deficientes visuais em Portugal enfermam de enormes problemas, lançou-se um inquérito muito simples com vista a uma primeira abordagem. São os resultados desse inquérito que aqui se apresentam ao mesmo tempo que se adiantam algumas hipóteses de trabalho.

ABSTRACT *Based upon previous information, it was assumed that reading services for the visually handicapped in Portugal face a difficult situation. In order to have a most precise overview a survey was launched. This paper presents the result of the survey, and the correspondent data analysis, and evaluation.*

ENDEREÇO Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Campo Grande, 83, 1751

ADDRESS Lisboa Codex.